

SILVIANO SANTIAGO
Universidade Federal Fluminense

Oswald de Andrade ou Elogio da Tolerância Racial (*)

165

Ao publicar em 1924 a sua primeira coleção de poemas, Oswald de Andrade comete um sintomático anacronismo histórico na dedicatória a Blaise Cendrars. Diz que os poemas foram escritos "por ocasião da descoberta do Brasil". O artigo interpreta a figura do anacronismo, relacionando-o ao papel desconstrutor do pensamento oswaldiano: serve tanto para recolocar a questão colonial brasileira, quanto para combater o nacionalismo estreito (e a xenofobia).

Numa segunda parte, procura-se exibir a força do negro na construção do Brasil, optando-se por distinguir o que é condenável (a escravidão negra na história sócio-económica do país) do que é positivo (a contribuição cultural negra). A crítica marxista eurocêntrica, ao ler a poesia de Oswald e o Modernismo brasileiro, tem assimilado o que é "escravo" ao que é "negro", deixando de enxergar a atualidade do diálogo multirracial na construção de um Estado.

PAU-BRASIL, primeira coleção de poemas de Oswald de Andrade, serve para espicaçar os historiadores que são servos obedientes da cronologia e os que são defensores de princípios históricos normativos. Como um endiabrado "menino experimental", para se valer da expressão de Murilo Mendes, o poeta arrebatava o bastão de revezamento da poesia brasileira no vácuo de um conflito: tanto faz parte de uma cultura nacional onde praticamente inexistem valores tradicionais passíveis de serem acatados, quanto quer inscrever o seu projeto poético dentro do espírito das vanguardas europeias. Para dramatizar a situação lacunar, resolve bagunçar o coreto do Tempo e da História ocidental. Faz ele questão de assinalar, desde o pórtico do livro, que aqueles

"E em vez de admitir que o caldeamento de raças realizado em uma escala sem exemplo pode significar enriquecimento de potencialidades, manancial de onde nascerá, talvez, uma nova cultura, procuramos enganar-nos com a opinião fácil de que o tempo apagará bem cedo e sem deixar vestígios toda a influência africana na formação nacional. É difícil convencer que não existe pessimismo ou ceticismo em não aceitar essa opinião, em renunciar a fabricar para uso externo e interno um Brasil mais europeu, menos africano."

(*) Silviano Santiago, professor de Literatura Brasileira da UFF e diretor do Centro de Pesquisa da Fundação "Casa de Rui Barbosa", autor de várias obras de poesia, ficção e ensaio, é actualmente Presidente da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Este artigo, aqui publicado pela primeira vez, foi antes uma comunicação lida no congresso da Associação Brasileira de Estudos Americanos (Recife, 1990), e faz parte do próximo volume de *Obras Completas* de Oswald de Andrade da Coleção Arquivos, da Unesco.

Sérgio Buarque de Hollanda, *Cobra de Vidro*

poemas escritos em 1924 o foram “por ocasião da descoberta do Brasil” (1).

Essa frase inicial do livro, espécie de *boutade* no melhor estilo vanguardista da época, permite muitas interpretações. A primeira e a mais rica delas já vinha assinalada no próprio prefácio ao livro, escrito pelo amigo Paulo Prado. Ali, o futuro autor de *Retrato do Brasil* retoma o tom de pilhéria da frase, atrelando-a ao “ovo de Colombo” que a poesia oswaldiana monta, para depois com argúcia acrescentar: “Oswald de Andrade, numa viagem a Paris, do alto de um atelier da Place Clichy — umbigo do mundo — descobriu, deslumbrado, a sua própria terra” (2). Este topos — o de que você precisa deixar a pátria para depois, tendo se aprimorado intelectualmente em países desenvolvidos, redescobri-la nas suas contradições e misérias — se tornará mais tarde um topos comum na “educação sentimental” da maioria dos nossos pensadores. O contato com a Europa subversiva é, aliás, o cenário para as inúmeras paródias modernistas da “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias (3).

Mas naquele momento a frase marca antes de mais nada o descompromisso da poesia pau-brasil com ufanismos e xenofobias vigentes em país jovem e paradoxalmente tradicionalista, em país jovem que deseja acertar o passo com as revoluções culturais do progresso ocidental. *Pau-Brasil* vive como que espremido entre duas fortes correntes de xenofobia, vale dizer, entre duas grandes guerras mundiais. Antes, estão os ensinamentos de Affonso Celso em *Por que me ufano do meu país* (4). Este livro, como cartilha de bê-a-bá, serviria para amamentar, com os seios da terra ubérrima, os primeiros desejos de saber do jovem brasileiro. Depois, as reações fascistas à possível entrada no Brasil, através da cultura de vanguarda, da doutrina bolchevista, reações que se traduziriam mais tarde pela eleição do

(1) Na edição original a frase era parte da dedicatória a Blaise Cendrars. Apagar no papel a simpatia por uma pessoa é atitude comum em Oswald, vejam-se os comentários de Renato Gomes Cordeiro, em análise dos manuscritos de *O Santeiro do Manguê*, no capítulo “Escapulário” (Cordeiro, 1985).

(2) *Pau-Brasil*, p. 2.

(3) Entre outras: “Canto de regresso à pátria”, “Indiferença” (cap. 52, *Memórias sentimentais de João Miramar*), Oswald de Andrade; “Canção do Exílio”, Murilo Mendes; “Europa, França e Bahia” e “Hino Nacional”, Carlos Drummond de Andrade.

(4) Cf.: “Que a vossa geração exceda a minha e as precedentes, se não em semelhante amor [pelo Brasil], ao menos nas ocasiões de o comprovar. Quando disserdes — ‘Somos brasileiros!’ levantai a cabeça, transbordantes de nobre ufanía. Convençei-vos de que deveis agradecer quotidianamente a Deus o haver Ele vos outorgado por berço o Brasil” (Celso, 1943: 11).

“curupira” ou da “anta” (5) como símbolos da nacionalidade ameaçada pelas ideias alienígenas.

O topos é tão importante e definitivo para Oswald de Andrade que a ele retorna, por exemplo, vinte anos depois, em conferências e artigos jornalísticos, reunidos posteriormente no livro *Ponta de lança*. Esse material crítico precisa ser melhor estudado para se compreender a reação de Oswald de Andrade a um texto alheio e contemporâneo — a insuperável conferência de Mário de Andrade, proferida em 1942 na Casa do Estudante do Brasil (Andrade, s.d.). Assim é que, na década de 40, em “Bilhete aberto” ao poeta Cassiano Ricardo, então próximo de Getúlio Vargas e do Estado Novo, Oswald golpeia violento o antigo desafeto: “Porque a sua literatura, rotulada de nativismo, não passa de macumba para turistas” (6). E em famosa conferência feita em Belo Horizonte, ao contrastar o espírito revolucionário que existe tanto na Conjuração Mineira quanto no movimento modernista, volta ao assunto: “Em 22, o mesmo contato subversivo com a Europa se estabeleceu para dar força e direção aos anseios subjetivos nacionais, autorizados agora pela primeira indústria, como o outro [a Conjuração Mineira] o fora pela primeira mineração”. E conclui de maneira reiterativa: “Querer que a nossa cultura se processasse sem a latitude dos países que avançam é a triste xenofobia que acabou numa macumba para turistas, particularmente tolerada pela Polícia Especial, e que nos quis infligir um dos grupos modernistas, o Verde-Amarelo, chefiado pelo Sr. Cassiano Ricardo” (7).

Conclui-se que a cultura brasileira não reside na exteriorização (dramática ou poética) dos valores autóctones da nossa nacionalidade. Essa exteriorização do nosso interior (nativismo) nada mais é do que a farsa ridícula do paraíso tropical, montada para conseguir simpatia e dinheiro dos maus viajantes europeus (os turistas). Para o Brasil poder se exteriorizar com dignidade é preciso que acate antes o *exterior* em toda a sua concretude. A consciência nacional estará,

(5) Ver o texto “Antologia” (1927), divulgado por Haroldo de Campos, que o considera “um dos mais felizes e vigorosos textos da nossa prosa modernista”. Diz o poeta concreto: “Antologia é o panfleto *anti-Anta*, no qual O. A. satiriza seus opositores ‘verdeamarelistas’ da *Escola da Anta*. O texto, num estilo paródico arcaizante, é todo construído na base de trocadilhos em torno da palavra *Anta*, que é incrustada no bojo de outros vocábulos, permitindo associações bufas [...]” (Campos, 1967: 103-107). Para uma compreensão desse outro Modernismo, consultar: Antônio Arnoni Prado, 1922 — *Itinerário de uma falsa vanguarda* (Prado, 1983).

(6) *Ponta de lança*, p. 7.

(7) *Ponta de lança*, p. 95.

menos no conhecimento do seu interior, e mais no complexo processo de interiorização do que lhe é exterior, isto é, do que lhe é estrangeiro. Aí estão dois tópicos clássicos do Modernismo e do nosso poeta: a necessidade de atualização pelo contato com os países desenvolvidos, condição *sine qua non* para a possível produção de bons produtos culturais exportáveis. Aí também está outro tópico, menos estudado e divulgado, mas sempre bem-vindo e de enorme importância quando tomam conta da cena mundial regimes totalitários: o elogio da tolerância. A este terceiro tópico voltaremos.

Quando uma coleção de poemas diz descobrir o Brasil em 1924, aparente ahistoricismo, ela está dando a ler a tentativa de uma outra concepção de processo e evolução históricos, diferente da concepção então vigente entre historiadores e sobretudo muito diferente da que foi dominante entre os nossos historiadores oficiais, atuantes por ocasião do Centenário da Independência. Dois anos depois da comemoração da grande data nacional, o poeta quis — como ele próprio afirma — “tirar o meridiano exato da nossa hora histórica”⁽⁸⁾. A descoberta do Brasil em 1924, não há dúvida, marca o compromisso do poeta com a atualidade e o progresso ocidental nos seus aspectos mais pragmáticos. Marca o desejo de fazer o país atrasado e periférico entrar para o concerto das nações modernas e desenvolvidas. Na caravela do país quatrocentão, o poeta deixa que a sua bússola vá indicando os valores positivos da atualidade desenvolvida. De maneira esquemática eis a forma como o Modernismo brasileiro se insere no amplo movimento da Modernidade ocidental.

Paradoxalmente, ao reafirmar o ritmo histórico da nacionalidade, descompromissado da cronologia e dos princípios históricos normativos, o que *Pau-Brasil* faz é acentuar uma segunda e outra forma de colonização, desta vez não por imposição do estrangeiro (os portugueses, no caso), mas por livre autocrítica e espontâneo desejo dos antigos colonos. A constituição de uma nação chamada Brasil, produto da inserção de terras e povos “bárbaros” no movimento de ocidentalização do mundo, foi equivocada e injustamente feita a ferro e fogo a partir de 1500, ou seja, feita pela violência da conquista. A inserção do Brasil no Ocidente deve vir antes da vontade livre dos cidadãos, inspirados por uma razão não só universalizante mas também reveladora do

(8) *Ponta de lança*, p. 94.

atraso do país e da possibilidade de progresso material e espiritual. Isso só estava sendo possível em 1924.

Para Oswald de Andrade, esta reinserção, antes de ser política ou econômica, deve ser cultural. Se a Independência do Brasil se encontra na espada erguida de Pedro I às margens do Ipiranga, a Declaração da Autonomia do Cidadão Brasileiro se escreve pelo livro de poemas. Estava ali a primeira manifestação da vontade intelectual em abdicar da minoridade sócio-econômica e política a que tinham sido obrigados os brasileiros pela colonização (a primeira) européia.

169

Com *Pau-Brasil* a nação entrava para uma nova fase, a da "colonização do futuro", para retomar uma expressão de Octavio Paz ⁽⁹⁾, talvez em contexto um pouco diferente.

Se esse é o lado de 22 que os nossos melhores historiadores e críticos sempre "iluminam" (com e sem trocadilho), existe um outro lado que cada vez mais sofre desprestígio daqueles senhores. Trata-se da forma como Oswald de Andrade e outros recuperam o que injustamente tem sido classificado de passado colonial brasileiro numa visão reducionista do que é na verdade a possível contribuição cultural das raças indígenas e africanas no diálogo com a Modernidade ocidental. Esse reducionismo acaba por valorizar uma razão moderna etnocêntrica, intolerante, incapaz de manter diálogo com o seu *outro* (as culturas ameríndias e africanas), pois sempre o coloca em situação hierarquicamente desfavorável e como responsável pelas piores "contaminações" que a "pureza" ocidental pode sofrer. Esse reducionismo, em geral, rechaça o saber antropológico, pois desqualifica como equívoco ufanista qualquer contribuição que possa advir daquele conhecimento, negando a ele a condição de parceiro num frutífero diálogo seu com a História. A defesa quase caricatural da "cegueira" iluminista se encontra no recente livro de Alain Finkielkraut, *A derrota do pensamento*, em particular o capítulo intitulado "A traição generosa" ⁽¹⁰⁾.

⁽⁹⁾ "En otros casos la historia se identificó con el desarrollo de la ciencia y técnica o con el dominio del hombre sobre la naturaleza o con la universalización de la cultura. Todas estas ideas tienen algo en común: el destino del hombre es la colonización del futuro" (Paz, 1984: 213).

⁽¹⁰⁾ "Dans le procès intenté à la barbarie, les Lumières siègent désormais au banc des accusés, et non plus à la place que leur réservaient tout naturellement Léon Blum ou Clement Attlee: celle du procureur. L'objectif demeure le même: détruire le préjugé, mais pour l'atteindre, il ne s'agit pas d'ouvrir les autres à la raison, il faut s'ouvrir soi-même à la raison des autres" (Finkielkraut, 1987: 72).

É claro que é preciso distinguir com cuidado, na objetivação das culturas indígenas e africanas, o que é referência positiva aos valores do passado colonial e por isso manifestação travestida do tradicionalismo colonial e escravocrata, do que é referência ao *outro* da razão ocidental e por isso mesmo lugar por excelência para se exercer uma crítica radical aos desmandos totalitários e totalizantes dela.

Blaise Cendrars, conforme diz o "Manifesto da Poesia Pau-Brasil", foi o primeiro a chamar a atenção de Oswald de Andrade para a dupla questão: "Tendes as locomotivas cheias, ides partir. Um negro gira a manivela do desvio rotativo em que estais. O menor descuido vos fará partir na direção oposta ao vosso destino" ⁽¹¹⁾. A imagem é contundente: intrépidos maquinistas, cuidado com o negro no *desvio* rotativo. Na viagem da modernização brasileira segundo os padrões da Modernidade ocidental não há como não passar por ele. Seja para retroceder, seja para ir adiante. Reduzi-lo à condição de passageiro converso é gesto tão equivocado quanto o de condecorá-lo com o posto de único maquinista.

A visão reducionista está correta quando percebe o grande perigo de se incorporar à modernidade, pelo traço do primitivismo, as atrocidades cometidas pela tradição colonial e escravocrata brasileira. Nesse sentido, são corretas as análises reducionistas que indicam ser tal incorporação (a) uma forma de retomada da concepção de História dos românticos (europeus e brasileiros) em que a rejeição do passado pelo espírito moderno foi confundida com a rejeição da tradição grego-romana e a adoção em seu lugar de um outro e recalcado passado, no caso os períodos pré-renascentista ou o anterior ao descobrimento da América, e (b) uma forma ingênua e por isso nociva de nacionalismo. A visão reducionista está incorreta quando não percebe que nada mais faz do que reafirmar o *centramento* da verdade histórica na razão européia, transformando a célebre pergunta aberta por Max Weber (por que fora da Europa nem a evolução científica, nem a artística, nem a estatal, nem a econômica, foram conduzidas pelos caminhos da racionalização que são próprios ao Ocidente) numa resposta fechada e esta num dogma ⁽¹²⁾.

⁽¹¹⁾ "Manifesto Pau-Brasil", p. 6.

⁽¹²⁾ Cf. "Tous ceux qui, élevés dans la civilisation européenne d'aujourd'hui, étudient les problèmes de l'histoire universelle, sont tôt ou tard amenés à se poser, et avec raison, la question suivante: à quel enchaînement de circonstances doit-on imputer l'apparition, dans la civilisation occidentale et uniquement dans celle-ci, de phénomènes culturels qui — du moins nous aimons à le penser — ont revêtu une signification et une valeur universelles?"

A linha reducionista tem um ilustre predecessor, nosso primeiro crítico do Romantismo, Machado de Assis. É por demais conhecido o artigo escrito pelo romancista em 1872 (será por coincidência que se comemoravam então os 50 anos da Independência?) em que critica, de maneira pouco discreta, as veleidades nativistas dos nossos românticos. Exagera quando afirma: “É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária” (Assis, 1973: 802). A linha reducionista tem ainda um contemporâneo de Oswald de Andrade, certamente bem menos ilustre do que Machado. Trata-se de Graça Aranha. Este, ao tomar ao pé da letra a idéia de marco zero comum à maioria dos movimentos de vanguarda, acaba por reencontrar a “tabula rasa” dos jesuitas em pleno século XX, e rejubila-se porque aqui a modernidade — como antes a catequese cristã — entraria como rolo compressor. No mesmo ano da “descoberta do Brasil” por *Pau-Brasil*, isto é, em 1924, escreve ele: “O nosso privilégio de não termos o passado de civilizações aborígenes facilitará a liberdade criadora. [...] O Brasil não recebeu nenhuma herança estética dos seus primitivos habitantes, míseros selvagens rudimentares” (Aranha, 1925: 36).

Mas a linha reducionista tem um outro brilhante contemporâneo de Oswald de Andrade, o historiador Caio Prado Jr.. Teria ele de sofrer uma análise mais longa porque a sua obra, *Formação do Brasil Contemporâneo*⁽¹³⁾, vem munida de sofisticado material de análise. Com Caio Prado e seu livro, estamos de novo no ano de 1942, ano em que o Modernismo soprava 20 velas, ano também que as tropas aliadas combatiam o nazi-fascismo na Europa. Naquela época, a uma pergunta da revista *Directrizes* sobre o que fazer com a Alemanha depois da guerra, Oswald de Andrade responde: “Esfolar inteira? Comunizar? Entregar todinha aos noruegueses, aos gregos e aos russos? Aos filhos dos fuzilados, dos enforcados e dos bombardeados do mundo inteiro? Dá-la aos judeus? — Não! é preciso alfabetizar esse mostrengo. Há dentro dela um raio esquivo de luz. É o do seu Humanismo. É o que vem de Goethe e através de Heine produz Thomas Mann. A Alemanha racista, purista e recordista precisa ser educada pelo nosso mulato, pelo chinês, pelo índio mais atrasado do Peru ou do México, pelo africano

⁽¹³⁾ As citações foram extraídas dos capítulos “Sentido da Colonização” e “Organização Social” (Prado Jr., 1977).

do Sudão. E precisa ser misturada de uma vez para sempre. Precisa ser desfeita no *melting-pot* do futuro. Precisa mulatizar-se" (14).

Naquele ano de 1942, Caio Prado, ao buscar o "sentido da colonização" no Brasil, isto é, ao querer traçar "uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação", acaba por incorrer em evolucionismo teleológico, corretamente moldurado por uma razão histórica totalizante e totalitária, que se traduz, em última instância, por uma visão economicista do devir humano. Para Caio Prado as partículas que são os fatos e acontecimentos "não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador".

Como será que caem nas malhas da sua letra as culturas indígena e africana, elementos constitutivos da nossa formação e que, por definição, escapam ao devir da razão histórica marxista?

Ao estudar a organização social do Brasil, ou mais precisamente, o caráter duplamente desfavorável da escravidão no Brasil, Caio Prado não escapa ao eurocentrismo comum aos pensadores radicais do Iluminismo que se fecham com relação ao *outro*, para hierarquizar e poder mais convincentemente se colocar no centro e desqualificar o que lhe é diferente. Caio Prado coloca, primeiro, em destaque "certos indígenas americanos como os do México e do altiplano andino", para depois afirmar que os elementos que a escravidão americana teve para se alimentar foram "os indígenas da América e o negro africano, povos de nível cultural ínfimo, comparado ao de seus dominadores". Sem querer "subestimar" (a palavra é dele) o cabedal cultural dos indígenas e negros, mas subestimando-o (a palavra é minha), acrescenta corretamente que a escravidão foi a responsável por um processo de deturpação dos valores daqueles grupos étnicos, para depois concluir de maneira discutível que a contribuição cultural indígena e negra "age mais como fermento corruptor da outra cultura, a do senhor branco que lhe sobrepõe".

Em nota ao pé da página concretiza a dubiedade da sua "estima" à raça negra ao caracterizar o caso do sincretismo religioso entre nós. Diz ele: "religião neo-africana, mais que qualquer outra coisa, e que, se perdeu a grandeza e ele-

(14) *Ponta de lança*, p. 62.

vação do cristianismo, também não conservou a espontaneidade e riqueza de colorido das crenças negras em seu estado nativo". Nem a grandeza e elevação, nem a espontaneidade e riqueza. A catálise é feita por um "fermento corruptor".

A linha reducionista tem um quarto e último representante na pessoa de um ilustre teórico alemão, Jürgen Habermas. Estamos nos referindo à conferência que proferiu sobre a Pós-modernidade ao receber o Prêmio Adorno (Habermas, 1983: 5-6). Nesta, ao mesmo tempo em que acata a tese de Octavio Paz que diz estarem as vanguardas passando hoje pelo seu "ocaso", guarda distância dos defensores da pós-modernidade e alerta para a possível confusão entre uma coisa e a outra. Faz isso com intuito de, ao mesmo tempo, poder dar por encerrado o ciclo produtivo e vital das vanguardas e poder afirmar estar ainda inconcluso o projeto da Modernidade. Deixemos de lado a grande tese da conferência e detenhamo-nos em curta e elucidativa passagem.

Habermas começa por afirmar que a estética da Modernidade caracteriza-se por atitudes centradas numa consciência diferente do tempo, que é traduzida pela metáfora da vanguarda. Sempre sai esta em busca de um futuro ainda não conquistado. Mas esses tateios adiante dos vanguardistas, antecipação de um futuro indefinido sugerido pelo culto do novo pelo novo, acabam por significar paradoxalmente a exaltação do presente. Conclui: "O novo valor conferido ao transitório, ao fugaz e ao efêmero, a própria celebração do dinamismo, manifestam o anseio ["longing" em inglês] por um presente íntegro, imaculado e estável". Habermas joga com dois sentidos para a palavra "presente". Por um lado, configura-se como manifestação do transitório e do efêmero. Por outro lado, configura-se como a possibilidade de tornar o amanhã hoje, daí o seu carácter íntegro e estável, imaculado mesmo.

A atitude habermasiana é, pelo menos, precavida, já que em tempos pós-modernos se defende de dois imponentes avanços críticos contra o pensamento utópico. Tanto as críticas de inspiração nietzscheana, que vêem como fundamento do bem-estar futuro o ressentimento, quanto as críticas de inspiração freudiana, que assinalam o carácter neurótico da esperança. (A um terceiro avanço crítico, nitidamente capitalista, configurado pelos defensores do "welfare state", dá uma brilhante resposta em "A nova intransparência", publicado em *Novos Estudos* (Habermas, 1987).

O interesse radical das vanguardas pelo presente, nas suas duas formas assinaladas, torna pobre o conhecimento do passado que elas passam ao seu estudioso. Relegam o passado à condição de possível abstração e, com isso, apagam a possibilidade de análise dos possíveis componentes que distinguem uma época de outra. Conclui Habermas, caracterizando a proposta "histórica" da produção de vanguarda: "Substitui-se a memória histórica pela afinidade heróica do presente com os extremos da história [...]". Paramos de propósito a frase de Habermas no seu meio. Dela se depreende, por exemplo, que a leitura correta do "matriarcado de Pindorama" na poesia pau-brasil, elemento do passado pátrio e, ao mesmo tempo, alheio a ele, melhor compreendido seria se analisado como gesto de "afinidade heróica do presente com os extremos da história". Como salienta Habermas, com essa atitude iconoclasta, a vanguarda rompe o contínuo da história, ao mesmo tempo em que "se revolta contra as funções normalizadoras da tradição", já que a Modernidade "vive da experiência de se revoltar contra tudo o que é normativo". E arremata de forma lapidar: "a consciência do tempo articulada na arte de vanguarda não é simplesmente ahistórica: volta-se contra o que poderia ser chamado de uma falsa normatividade da história".

Retomemos a frase de Habermas, agora no seu todo, para podermos assinalar onde está a marca eurocêntrica e a intolerância da razão histórica pelo seu outro: "Substitui-se a memória histórica pela afinidade heróica do presente com os extremos da história: um sentido do tempo no qual a decadência se reconhece de imediato no bárbaro, no selvagem e no primitivo". Para ele, o bárbaro (ou o selvagem e o primitivo), enquanto lugar de descontentamento da pesquisa estética entre os vanguardistas, nada mais seria do que uma espécie de metáfora que indicia ter a decadência presente encontrado o seu afim nas civilizações não-ocidentais. Com uma só tacada: etnocentrismo e intolerância. Por esse viés, apesar da análise mais complexa da "historicidade" do poema vanguardista, Habermas reencontra os reducionistas brasileiros, pois para todos não há propriamente uma contribuição positiva do não-europeu à causa da Europa ou ao sentido da história moderna.

Na análise do passado colonial brasileiro se misturam duas questões: (a) a multiplicidade racial de que é composto e a consequente possibilidade de interação de grupos étnicos

diferentes, e (b) a instituição da escravidão, atraso e violência, tornando sub-humanos os membros dos grupos étnicos diferentes do grupo étnico europeu. A falácia do raciocínio está: (a) na confusão das duas questões em uma única (reducionismo), (b) na heroificação do indígena como símbolo nacional (romantismo) e (c) no gesto de recalcar a escravidão para salientar o equilíbrio na multiplicidade racial (cordialidade brasileira). Se no primeiro caso se incorre em eurocentrismo, no segundo em nacionalismo-ufanista e no terceiro se incorrerá na já famosa defesa da democracia racial brasileira.

É preciso distinguir uma questão da outra, para poder afirmar, em momento em que formas pouco veladas de racismo retornam, a *qualidade* cultural dos povos não-ocidentais. Só através do reconhecimento da qualidade no que lhe é exterior é que será possível para a razão iluminista propor um roteiro progressista para as sociedades humanas. Oswald de Andrade certamente terá exagerado ao afirmar que "Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem" ⁽¹⁵⁾; certamente exagerou, mas não estava de todo incorreto.

Mário de Andrade, no mesmo ano de 1924, em carta a Carlos Drummond de Andrade, exagerava no tom nacionalista, mas era sensível à abertura de canais de comunicação entre as diferentes etnias. Dentro do seu universo de musicólogo, as várias raças seriam diferentes acordes que buscariam se harmonizar, e concluía em infalível exagero acertado: "Porque também esse universalismo que quer acabar com as pátrias, com as guerras, com as raças, etc., é sentimentalismo de alemão. Não é para já. Está longíssimo. Eu creio que nunca virá. A República Humana, redondinha e terrestre, é uma utopia de choramingas e nada mais" (Andrade, 1982: 15). Em seguida desfere a tacada certa: "Os tupis nas suas tabas eram mais civilizados que nós nas nossas casas de Belo Horizonte e S. Paulo. Por uma simples razão: não há Civilização. Há civilizações". ■

⁽¹⁵⁾ "Manifesto Antropófago", p. 14.

**Referências
Bibliográficas**

176

- | | | |
|---------------------------|------|--|
| Andrade, Mário | 1982 | <i>A lição do amigo</i> . Rio de Janeiro, José Olympio. |
| Andrade, Mário | s.d. | "O Movimento Modernista". <i>Aspectos da Literatura Brasileira</i> . São Paulo, Martins. |
| Aranha, Graça | 1925 | <i>Espírito Moderno</i> . São Paulo, Gráfico-Editora Monteiro Lobato. |
| Assis, Machado | 1973 | <i>Obra Completa</i> , vol. III. Rio de Janeiro, Aguilar. |
| Campos, Haroldo | 1967 | <i>Oswald de Andrade</i> . Rio de Janeiro, Livraria Agir. |
| Celso, Affonso | 1943 | <i>Porque me ufano do meu país</i> . Rio de Janeiro, F. Brighiet & Cia. (12. ^a edição). |
| Cordeiro, Renato
Gomes | 1985 | <i>O Santeiro do Manguê: Plural de vozes na festa (?) do Manguê</i> . Tese de mestrado, PUC/RJ. |
| Finkielkraut, Alain | 1987 | <i>La défaite de la pensée</i> . Paris, Gallimard. |
| Habermas, Jürgen | 1983 | "Modernity — An incomplete project". <i>The Anti-Aesthetic</i> . Washington, Bay Press. |
| Habermas, Jürgen | 1987 | "A nova transparência", <i>Novos Estudos</i> , 18 (Setembro). |
| Paz, Octavio | 1984 | <i>Los hijos del limo</i> . Barcelona-Caracas-México, Editorial Seix Barral. |
| Prado, Antônio
Arnoni | 1983 | <i>1922 — Itinerário de uma falsa vanguarda</i> (Os dissidentes, a Semana e o Integralismo). São Paulo, Brasiliense. |
| Prado Jr., Caio | 1977 | <i>Formação do Brasil Contemporâneo</i> . São Paulo, Brasiliense (15. ^a edição). |